



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Segundo o ECA as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos forem ameaçados ou violados:

- (A) Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- (B) Por falta, omissão, abuso dos pais ou responsável.
- (C) Em razão de sua conduta.
- (D) As alternativas A, B e C estão corretas.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

2. De acordo com o art. 19 do ECA, é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta. O parágrafo segundo do mesmo artigo define que a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária, não se prolongará por mais de:

- (A) Seis meses.
- (B) Doze meses.
- (C) Dezoito meses.
- (D) Vinte e quatro meses.
- (E) Trinta meses.

3. De acordo com a Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo

cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei, é:

- (A) A Defensoria Pública.
- (B) O Conselho Tutelar.
- (C) O Poder Judiciário.
- (D) O Ministério Público.
- (E) A Justiça da Infância e da Juventude

4. Conforme o ECA são medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

- (A) Encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família.
- (B) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- (C) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- (D) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- (E) Todas as alternativas acima.

5. A lei de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, garantindo todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando por lei ou por outros meios todas as oportunidades e facilidades físico, mental, moral, espiritual e social para o desenvolvimento. Recentemente, essa lei comemorou seus 33 anos de implementação, no ano de:

- (A) 2023.
- (B) 2022.
- (C) 2021.
- (D) 2020.
- (E) 2021.



6. São atribuições do Conselho Tutelar:

- (A) Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, incisos I a VII.
- (B) Atender e aconselhar aos pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, incisos I a VII.
- (C) Promover a execução de suas decisões, requisitando serviços públicos.
- (D) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato.
- (E) Todas as alternativas acima.

7. O art. 137 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que as decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas a pedido de quem tenha legítimo interesse. Conforme esse mesmo art. 137, por quem essas decisões poderão ser revistas?

- (A) Pela autoridade judiciária
- (B) Pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.
- (C) Pelo Delegado de Polícia.
- (D) Pela Diretoria de Ensino.
- (E) Nenhuma das alternativas acima.

8. Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () O adolescente que tiver 15 anos poderá abandonar a escola para trabalhar caso os pais estejam desempregados.
- () O adolescente pode executar trabalhos insalubres ou perigosos com autorização dos pais.

() É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

() A formação técnico-profissional deverá obedecer aos princípios: do acesso e frequência facultativa ao ensino regular, atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente e horário especial para o exercício das atividades.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- (A) V-F-F-F
- (B) V-V-V-F
- (C) F-F-V-F
- (D) F-V-F-V
- (E) V-F-F-V

9. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do:

- (A) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente.
- (B) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente.
- (C) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.
- (D) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.
- (E) Nenhuma das opções acima.

10. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em:

- (A) Lei Federal.
- (B) Lei Estadual.
- (C) Lei Municipal.
- (D) Lei Estadual e Municipal.
- (E) Nenhuma das opções acima.



11. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra crianças e adolescentes serão obrigatoriamente comunicados:

- (A) Ao Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais.
- (B) Ao Prefeito municipal, sem prejuízo de outras providências legais.
- (C) À Câmara Municipal, sem prejuízo de outras providências legais.
- (D) Todas as alternativas.
- (E) Nenhuma das alternativas.

12. Conforme disposto na Lei nº 8069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Art. 70-A, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações, as descritas abaixo, EXCETO:

- (A) A promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- (B) O respeito aos valores da dignidade da pessoa humana, de forma a coibir a violência, o

tratamento cruel ou degradante e as formas violentas de educação, correção ou disciplina.

(C) O apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente.

(D) A promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos e morais com temas que promovam ações socialmente e ambientalmente sustentáveis.

(E) A formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente.

13. Dentre as atribuições do Conselho Tutelar (ECA, LEI Nº 8.069, DE 13 de JULHO de 1990, Art. 136), apenas está INCORRETA a alternativa:

- (A) Emitir certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- (B) Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.
- (C) Expedir notificações.
- (D) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.



(E) Executar projetos e programas em período integral para as crianças e adolescentes do município.

14. Os direitos enunciados no Estatuto da Criança e do Adolescente aplicam-se:

- (A) Somente às crianças.
- (B) Somente aos adolescentes.
- (C) Apenas aos adolescentes e crianças bem comportados.
- (D) Todas as crianças e adolescentes.
- (E) Apenas crianças e adolescentes de certa etnia e classe social.

15. Considerando as peculiaridades do Município de Bocaina e de acordo com o art. 65 da Lei Municipal nº 3.068, de 23 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e dos adolescentes, qual das afirmativas NÃO corresponde como deveres do Conselheiro Tutelar?

- (A) Manter conduta pública e particular ilibada.
- (B) Desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação.
- (C) Residir no município.
- (D) Divulgar os nomes dos atendidos para a imprensa.
- (E) Identificar-se em suas manifestações funcionais.

16. Segundo a Resolução CONANDA Nº 231 de 28 de novembro de 2022, quais das seguintes ações são vedadas aos candidatos no dia da eleição?

- (A) Utilização de espaço na mídia.
- (B) Transporte aos eleitores.
- (C) Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreatas.
- (D) Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestações tendentes a influir na vontade do eleitor.
- (E) Todas as alternativas.

17. Qual dos seguintes itens é necessário para garantir o adequado funcionamento da sede do Conselho Tutelar, conforme estabelecido nas diretrizes da Resolução Nº 231 de 28 novembro de 2022?

- (A) Placa indicativa da sede do Conselho em local escondido.
- (B) Sala compartilhada para o atendimento dos conselheiros e recepção ao público.
- (C) Sala reservada e individualizada para as pessoas em atendimento, com recursos lúdicos para atendimento de crianças e adolescentes.
- (D) Sala compartilhada para serviços administrativos e conselheiros tutelares.
- (E) Ambiente externo para atividades recreativas.

18. Com que frequência o Conselho Tutelar deve encaminhar relatórios contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de acordo com a Resolução do CONANDA Nº 231 de 28 de Novembro de 2022?

- (A) Anualmente.
- (B) Semestralmente.
- (C) Mensalmente.



- (D) Eventualmente, conforme necessário.
- (E) Trimestralmente.

19. De acordo com o Art. 38 da Lei Municipal nº 3.068, de 23 de fevereiro de 2023, compete ao Conselho Tutelar, além do definido em Legislação Federal:

- (A) Elaborar sua proposta orçamentária encaminhando ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ao Poder Executivo.
- (B) Providenciar e articular apoio quando necessário ao funcionamento do Conselho Tutelar.
- (C) Acompanhar junto às autoridades, o ajuste de mecanismos de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- (D) Elaborar seu regimento interno observando parâmetros e normas definidas na Lei 8.069 de 1990, por esta Lei e pelas resoluções do CONANDA.
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

20. Na Resolução nº 231 do CONANDA, estabelece que a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá, quando:

- (A) No dia 10 de fevereiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- (B) No dia 09 de fevereiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- (C) No dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- (D) No dia 09 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- (E) No dia 01 de outubro do ano subsequente ao processo de escolha.



RASCUNHO DE GABARITO

O candidato poderá destacar esta página e levar para a casa, para conferir com o Gabarito Oficial.

01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E

11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E